

10 LEGAL
- 6. 5. 76 - 10. 6

670

Poder Popular

Director: Eduardo Ferro Rodrigues Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

ANO I N.º 40 5/11 de Maio de 1976 Preço 4\$00



O M. E. S. está de luto pela morte do camarada Eduardo Miranda operário na Plessey A. E. P., delegado sindical dos metalúrgicos e militante destacado do nosso movimento.

Mas este camarada não é para esquecer, é, sim, um exemplo a seguir como lutador incansável da causa dos explorados e oprimidos.



Eduardo Miranda

NESTE NÚMERO

◆◆◆◆
1.º de Maio — dia de luta

◆◆◆◆
Congresso dos Sindicatos

◆◆◆◆
Nacionalizações em perigo!

◆◆◆◆
Para um debate sobre a ameaça de golpe fascista

O TRUNFO DA DIREITA

O MES ESTÁ DE LUTO PELA MORTE DO CAMARADA EDUARDO MIRANDA

O Movimento de Esquerda Socialista está de luto com a morte do camarada Eduardo Pires Miranda, operário metalúrgico e delegado sindical na Plessey Automática Eléctrica Portuguesa. O dia 2 de Maio de 1976 viu desaparecer um militante revolucionário, um lutador de vanguarda da classe operária em todos os terrenos, da luta de fábrica e sindical à luta política. Operário consciente da missão histórica da sua classe, o camarada Eduardo Miranda soube sempre estar

na brecha em defesa intransigente dos interesses dos explorados e oprimidos ganhando, por isso mesmo, justo prestígio não só entre os seus camaradas de trabalho mas igualmente entre os metalúrgicos.

O Movimento de Esquerda Socialista fica mais pobre. Militante dedicado do nosso partido, membro da coordenadora metalúrgica da organização regional de Lisboa e candidato a deputado nas eleições para a Assembleia da Repúbli-

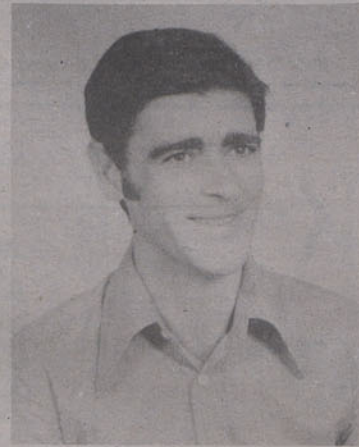
ca, o camarada Eduardo Miranda representava com o seu esforço militante uma valiosa força ao serviço do fortalecimento do nosso partido e do avanço da luta dos trabalhadores.

A Comissão Política do Comité Central do MES, homenageando a sua memória afirma que o seu exemplo nunca será

esquecido e a bandeira da Revolução Socialista que sempre ergueu não se perderá, outros a erguerão cada vez mais forte.

O funeral do camarada Eduardo Miranda realizou-se na terça-feira pelas 10 da manhã a partir da igreja dos Olivais Sul e teve a acompanhá-lo os militantes, aderentes e simpatizantes do MES, que quiseram homenagear a sua vida de luta revolucionária.

Juntaram-se ao cortejo muitas centenas de operários da Plessey, camaradas do Eduardo e que quiseram demonstrar a alta estima e amizade que entre todos gozava.



OS ATENTADOS TERRORISTAS CONTINUAM!

Perante a transigência das autoridades civis e militares, a direita fascista prossegue a sua escalada, com total impunidade. Na madrugada do dia 1.º de Maio, os terroristas demonstraram o profundo ódio que têm pelas classes trabalhadoras, assinalando a data com mais um atentado bombista que provocou um morto e diversos feridos. Que fazem o «Conselho da Revolução» e o Governo? Actuaram no sentido de reprimir os terroristas? Não. Demonstrando a maior indiferença face ao avanço fascista, as autoridades favorecem diariamente os inimigos fundamentais do Povo. A libertação dos Pides prossegue com toda a rapidez, contribuindo para o crescimento das organizações da extrema direita; dia após dia novos pasquins fascistas vão saindo difundindo a ideologia da violência reaccionária, gozando da protecção do Estado burguês que não hesita em pôr à sua disposição a TV, a Rádio e a Imprensa nacionalizada que os vão promovendo publicamente. As afirmações de Spínola na sua entrevista a Walraff, que mostram com clareza os planos sanguinários dos fascistas, não provocam o levantamento de qualquer inquérito, apesar do escândalo causado.

Assim, enquanto o Poder pactua com os fascistas, estes vão aproveitando a luz verde e atacam o Povo. Aos olhos dos trabalhadores é cada vez mais evidente que não se pode delegar no Governo ou no Conselho da «Revolução» o combate ao fascismo. A organização da resistência popular, a luta contra o terrorismo tem de ser obra do Povo organizado. É no reforço da unidade e organização popular, no desenvolvimento do movimento de massas, na unificação, no mesmo combate dos antifascistas consequentes, que se encontra a resposta popular à ameaça reaccionária.

Organizemos a vigilância popular!

Lutemos sem tréguas contra o fascismo!

DESERTORES E REFRACTÁRIOS

Queremos ser portugueses como os outros!

• carta aberta ao Presidente da República

dirigida por um colectivo de desertores e refractários com morada em Paris

1. Desde o 25 de Abril de 1974 que a política oficial do Estado e do Governo face ao problema dos desertores e refractários se vem caracterizando por uma grande ambiguidade:

Por um lado, e invocando as razões políticas e morais que estão na base da nossa situação, o Governo amnistia-nos e concede-nos, por prazos variáveis, o direito de visitar o País;

Por outro, a pretexto de que uma Lei estaria em estudo resolvendo definitivamente a nossa situação, o essencial da política governamental a nosso respeito consistiu em nos desmobilizar, em encorajar a procura de soluções individuais, sem nada resolver em concreto até Novembro último.

2. Simultaneamente, o nosso País foi atravessando as diferentes e preocupantes peripécias que têm caracterizado o nosso processo de libertação. Comparativamente ao que aconteceu a outros grupos sociais, a sorte dos desertores e refractários foi encarada com bem pouca «generosidade».

Assim, — os grandes responsáveis do fascismo foram postos, ou puderam pôr-se, a salvo no estrangeiro, e aí têm vindo livremente conspirando contra os interesses do País;

— os criminosos da PIDE/DGS, ou têm podido escapar-se à prisão e à

Justiça (em condições de resto mal esclarecidas), ou têm vindo a ser progressivamente libertos, podendo assim consagrar-se tranquilamente ao seu activo trabalho terrorista e antipopular; os crimes de guerra continuam impunes e permanecem desconhecidos da opinião pública nacional;

a «solidariedade nacional» tem vindo apoiando massivamente os retornados das ex-colónias portuguesas.

Quanto a nós... silêncio completo! Quantos somos, porque desertámos, qual a nossa situação actual, qual o interesse para o País do nosso regresso, como reintegrar-nos na vida portuguesa... — tudo isto são questões que nem sequer são postas.

E porquê, Senhor Presidente?

Seremos nós criminosos, gente que renegou Portugal e mal tem servido o País? Aparentemente não, uma vez que fomos amnistiados e que as Forças Armadas reconheceram prática e teoricamente o bem fundado da nossa posição de recusa e denúncia da guerra colonial.

Teremos nós servido pior Portugal do que os que permitiram, com a sua presença nas fileiras, a guerra colonial? Não o cremos!

Ou estaremos nós a pagar o «crime» de termos

sentido antes dos outros o que havia de insuportável no colonialismo português?

3. Finalmente, com o Decreto-Lei n.º 656/75, de 21 de Novembro de 1975, aparece a famosa Lei que deveria resolver a nossa situação. Que nos traz este texto, Senhor Presidente? A possibilidade de resgatar uma dívida que contraímos para com o País...

Pelo que atrás foi dito, compreenderá V. Ex.ª que nos custe reconhecer tal dívida. Quanto ao resgate da mesma, um «preço especial» nos é imposto, muito superior ao da taxa militar normal, a pagar em divisas...

Ignorando por outro lado voluntariamente a crise económica actual, e o desemprego extraordinário que ela criou por toda a parte, o Decreto-Lei 656/75 dá-nos um ano para regularizarmos a nossa situação, e as determinações de aplicação do texto emanadas da I.ª Repartição do Estado-Maior General das Forças Armadas impõem-nos o pagamento imediato «da taxa militar do ano dos 21 até ao ano em que requerem a regularização da sua situação militar, ambos inclusive». Na situação económica actual, reunir somas desta grandeza, para quem vive, no melhor dos casos, de modestos empregos, não é coisa fácil, Senhor Presidente, e talvez nem mesmo possível para

muitos dentre nós. Estarão esses condenados a não regularizarem a sua situação e a não poderem regressar ao seu País?

Que política é esta, Senhor Presidente da República?

Se se quisesse desportulgarizar mais ainda os desertores e refractários, forçosamente ausentes do País desde há muitos anos, não se poderia fazer nem mais, nem melhor!

4. Mas, afinal, que queremos nós — perguntará V. Ex.ª?

Simplemente o direito de sermos portugueses como os outros. Nada pedimos à «solidariedade nacional»! Pretendemos unicamente que se acabe, duma vez, com esta posição de ostracismo de que somos injustamente vítimas, que o ferrete de desertor, ou de refractário, que nos querem colar à pele, se apague definitivamente.

Senhor Presidente, eis as nossas pretensões no momento:

- Revogação do parágrafo único do artigo 3.º do Decreto-Lei 656/75;
- Revogação das normas de aplicação emanadas da I.ª Repartição do Estado-Maior General das Forças Armadas;
- Liberdade de circulação de e para Portugal; — Liberdade para os desertores e refractários presos.

RAMALHO EANES

EDITORIAL

O homem capaz de unir a burguesia?

Derrotadas nas eleições, não conseguindo impor uma maioria parlamentar fascizante que abrisse as portas à interpretação golpista da Constituição, as forças do capital, apostadas na destruição da organização popular e na liquidação das conquistas dos trabalhadores, desenvolvem agora uma manobra política de recuperação, a propósito da eleição do Presidente da República. Compreendendo claramente que a superação do impasse político, provocado pela significativa votação alcançada por um PS interclassista mas fundamentalmente pequeno-burguês, passa pela tomada de iniciativas capazes de arrastar a maioria anticomunista da direcção do partido, as forças direitistas, lideradas pelo PPD lançam a candidatura de Ramalho Eanes, procurando assim com uma cajadada matar vários coelhos:

— Aparecerem publicamente como principais impulsionadores de uma candidatura capaz de obrigar à colagem do PS, deste modo impossibilitado de repetir nestas eleições a sua tática anterior de isolamento arrogante.

— Contribuírem para a unificação das forças burguesas à volta de uma perspectiva anticomunista, apressando a marginalização dos sectores progressistas do PS.

— Impedirem qualquer passo no sentido da materialização da «maioria de esquerda», boicotando as intenções dos reformistas do PCP de apoio público e declarado a uma eventual iniciativa do PS.

— Criarem condições para que a iniciativa política ao nível militar passe totalmente para os elementos fascizantes, retirando grande parte da margem de manobra dos oficiais democratas, que assim desempenhariam um papel secundário e seguidista que apressa a sua liquidação política.

— Evitem qualquer tentativa de unidade em redor da figura de Costa Gomes ou mesmo de Pinheiro de Azevedo, considerados pelas forças do capital como elementos que não dão garantias totais de conciliação com o fascismo...

— Colocarem no mais importante e poderoso posto do aparelho de Estado burguês um elemento fundamental no golpe de 25 de Novembro, manifesta-



mente anticomunista e incapaz de combater a direita mais reaccionária e com prestígio militar suficiente para neutralizar qualquer hipótese imediata de contestação por parte do sector democrático das Forças Armadas.

— Abrirem a possibilidade de preenchimento do cargo de chefe de Estado-Maior do Exército por parte de um militar fascizante que permita o amadurecimento das condições para um golpe anti-constitucional, caso a instauração progressiva de um regime autoritário direitista venha a sofrer entraves pela combatividade popular.

Assim, e apesar dos resultados das eleições para a Assembleia da República, o projecto burguês de restauração capitalista e repressão sobre o povo trabalhador ganha novo vigor com esta manobra das forças fascizantes que não teve até agora qualquer resposta significativa por parte dos democratas das Forças Armadas ou dos reformistas do PCP. Este manifestou a mais profunda incapacidade de demarcação, parecendo preparar-se para entrar claramente no jogo da direita de imposição de um candidato único ou avançar uma alternativa incapaz de unir e organizar o povo!

Face a esta situação, é grande a responsabilidade do MES e de outras forças antifascistas, que devem procurar a unidade necessária em torno de uma candidatura revolucionária capaz de ser uma poderosa alavanca na movimentação e organização popular. Num momento em que golpes de corredor e manobras de gabinete parecem ser as únicas alternativas reformistas à ameaça burguesa, há que fazer do processo eleitoral para a Presidência da República um marco na luta do povo trabalhador contra o fascismo, o capitalismo e o imperialismo, um marco para a unidade dos revolucionários e das massas populares.



AS NACIONALIZAÇÕES ESTÃO EM PERIGO!

Está a passar-se um ano sobre as nacionalizações das empresas de alguns dos mais importantes sectores da vida nacional.

O MES avisou então que essas medidas poderiam representar um passo importante na construção do socialismo. Seriam, porém, recuperadas pela burguesia, em seu proveito, se as empresas nacionalizadas não fossem decididamente postas ao serviço do povo, de um desenvolvimento económico e social controlado pelos trabalhadores, organizados nas estruturas que os representam para defesa dos seus interesses — os órgãos de poder popular.

Para esse controlo, é essencial a actuação organizada dos trabalhadores das próprias empresas, mas não chega. Para que elas sejam na verdade postas ao serviço do povo, é preciso que esses trabalhadores se liguem a todos os outros explorados, para que em conjunto definam os interesses colectivos, as exigências de desenvolvimento social de toda a população, e os meios de os prosseguir.

Mas que se passa neste momento?

AS NACIONALIZAÇÕES ESTÃO EM PERIGO

Já sem falar na restituição, aos patrões, de muitas fábricas e terras ocupadas pelos trabalhadores e nas tentativas de voltar atrás na nacionalização de alguns sectores, ou de, pelo menos, criar, paralelamente a empresas nacionalizadas, outras, de capital privado, que desempenhem as mesmas actividades, a burguesia procura recuperar todas as nacionalizações. Assim, — São publicados em «Diário do Governo» as bases que regularão a actividade das empresas nacionalizadas, bases essas aprovadas em Conselho de Ministros, nas costas dos trabalhadores;

— Estão a ser postos à discussão dos trabalhadores das diversas empresas nacionalizadas e depois publicados em «Diário do Governo» os respectivos estatutos, feitos de acordo com as bases aprovadas pelo Governo, e, portanto, em nítido desrespeito pelo direito que os trabalhadores têm de controlar as nacionalizações.

Todo este processo representa uma tentativa de enganar os trabalhadores, de lhes lançar poeira nos olhos — por exemplo, são «ouvidos os trabalhadores», mas apenas os trabalhadores das empresas nacionalizadas e não todos os interessados, todo o Povo português, e o prazo que lhes é concedido para darem opinião é de tal modo reduzido que impede a análise ampla e profunda que o assunto exige.

E porquê? Porque a burguesia não interessa que os trabalhadores se apercebam dos golpes que utiliza para recuperar o seu poder e se unam e organizem para lhes fazer frente.

Mas vejamos as implicações do regime proposto para a organização e funcionamento das empresas nacionalizadas, claramente denunciadoras da tentativa de capital de as utilizar em seu proveito, fazendo que sejam os trabalhadores a suportar os efeitos da crise que o País atravessa.

1.º — Prevê-se, para estas empresas, uma **gestão económica e financeira de tipo capitalista**. Assim, embora se admita que o Estado ou outras entidades possam conceder subsídios para fomento da actividade das empresas, aponta-se, como regra, para uma gestão económica e financeira que assegure lucros, ou, pelo menos, equilíbrio receitas e despesas, remetendo para o plano secundário a satisfação das necessidades de desenvolvimento económico e social do País.

Como consequência, remete-se exclusivamente para o Governo, através dos ministros competentes, a definição da política de preços ou tarifas, não se prevendo, em questões desta importância, a audiência prévia dos consumidores, através dos órgãos de poder popular em que estão organizados, nem sequer das organizações de trabalhadores das próprias empresas.

2.º — Embora se diga reconhecer o direito dos trabalhadores a controlarem a actividade das empresas, visa-se **esvaziar de conteúdo o controlo operário**.

Os planos, a política económica das empresas nacionalizadas, assim como os do País, serão definidos pelo Governo, apenas se admitindo, afinal, que as organi-

zações de trabalhadores — e unicamente as dos trabalhadores de cada empresa — controlem a sua aplicação e concretização, dentro dos limites estabelecidos no diploma legal, a elaborar pelo Governo, que se pretende venha regular o exercício do «controlo de gestão».

3.º — É certo que os trabalhadores de cada empresa terão assento no Conselho Geral, que se prevê como órgão máximo de muitas das empresas nacionalizadas, a quem competirá apreciar e votar os planos de actividade, os orçamentos, os relatórios e contas e, em geral, acompanhar toda a actividade da empresa.

Preendendo levar os trabalhadores das empresas a participar, a par de representantes do Governo e das autarquias locais, nesse Conselho Geral; pretendendo ainda levar os trabalhadores a indicar uma ou algumas das pessoas que farão parte do Conselho de Fiscalização e, nalguns casos, do próprio Conselho de Gerência, os outros órgãos de direcção da empresa, apresenta-se uma **proposta clara de co-gestão**, proposta alicianante mas enganadora para fazer os trabalhadores colaborar, com a entidade patronal, neste caso o Estado patrão, na gestão das empresas.

Mais uma vez o capital lança a co-gestão para recuperar os avanços impostos pelos trabalhadores. E lança-lhe mão porque conhece os seus resultados seguros — ao responsabilizar trabalhadores, em conjunto com o patrão, obtêm-se a divisão entre os trabalhadores da própria empresa; ao solidarizar os trabalhadores da empresa com as decisões do patrão, obtêm-se a divisão entre eles e os demais trabalhadores e explorados de todo o país.

Dividir para governar, para melhor poder explorar e reprimir, é o que se tem em vista.

4.º — Como se isso não chegasse, avança-se descaradamente para **indenizar o capital das empresas nacionalizadas**. Se essa medida é



Os trabalhadores terão de se pronunciar sobre todos os assuntos que digam respeito ao desenvolvimento da actividade da empresa

legítima e justa em relação aos pequenos accionistas, que nelas terão investido poupanças adquiridas durante uma vida de trabalho e sacrifício, é inadmissível em relação ao grande capital nacional e internacional que, como se sabe, possuía ou controlava essas empresas. Vai assim reembolsar-se também o capital obtido e acumulado através da exploração desenfreada dos trabalhadores de todo o mundo e que, restituído aos seus anteriores proprietários, continuará a ser utilizado na exploração e repressão de proletariado e seus aliados.

PELAS NACIONALIZAÇÕES AO SERVIÇO DO POVO

O MES denuncia estas manobras da burguesia, e do Estado que a serve, para transformar em seu proveito a importante conquista dos trabalhadores que foram as nacionalizações, impedindo que elas sejam utilizadas para avançar na construção de uma sociedade mais justa — a sociedade socialista — que tanto proclamam defender, mas que nada defendem na prática.

Defendamos as nacionalizações!

Exijamos que as em-

O controlo da produção dentro das empresas deverá, portanto, ser exercido pelas organizações de trabalhadores, democraticamente eleitos e revogáveis a todo o tempo, apenas responsáveis perante os plenários de trabalhadores e unicamente submetidos, na sua actuação, às regras livremente definidas pelos trabalhadores.

As comissões terão o **direito de apreciação** de toda a actividade da empresa, **de veto** sobre as decisões contrárias aos interesses dos trabalhadores, mas nunca intervirão nessas decisões em conjunto com o patrão. Competir-lhes-á designadamente:

— pronunciar-se sobre as políticas e os planos da empresa, elaborados de acordo com as grandes linhas definidas pelo planeamento nacional, bem como sobre os planos de produção das unidades regionais;

— pronunciar-se sobre os nomes dos membros dos conselhos de gerência e das comissões de fiscalização e dos outros órgãos da empresa, sem que todavia isso possa implicar a obrigação de indicarem representantes seus para o exercício dessas funções;

— assistir, com a faculdade de intervir mas sem direito de voto, às reuniões de todos os órgãos da empresa com poder de decisão;

— ter acesso a toda a documentação, registos, correspondência e demais elementos informativos com importância para a avaliação da situação económica e financeira da empresa bem como sobre a política do pessoal;

— fiscalizar as encomendas, a concessão de empreitadas, os processos de trabalho, os preços, etc.;

Compete-lhes, em suma, pronunciar-se sobre todos os assuntos que digam respeito ao desenvolvimento da actividade da empresa, para defesa dos interesses dos trabalhadores, não só da própria empresa, como de todos os trabalhadores e explorados.

Exijamos que as empresas nacionalizadas sejam postas ao serviço do povo!

VIEIRA DE LEIRIA — Fábrica Tomé Feteira

A repressão esbarrou na firmeza dos operários

Na fábrica de limas Tomé Feteira, em Vieira de Leiria, o processo de luta dos operários, que na sua fase directa se prolongou ao longo de três meses, chegou finalmente à vitória com a garantia de aplicação da portaria dos metalúrgicos e a firme resolução de iniciar o controlo operário.

A nova face da repressão, tanto em Lisboa quando os trabalhadores que pretendiam conversar com o M. T. foram recebidos por forte aparato policial da P. S. P., como na sua própria terra invadida e cercada por forças repressivas da G. N. R. em socorro do patrão sabotador, não conseguiu isolar e bater a determinação de uma forte muralha operária e popular.

Diante de uma repressão que relembra tempos próximos, a situação real dos trabalhadores no nosso país rompe a cortina do palavreado «democrático» e de «futuro de justiça» (o «socialismo» começa a estar fora de moda) com que nos cobrem a cabeça diariamente os centros de poder e os seus órgãos de informação pluralista.

Desde um «legalismo democrático» que permite polícias escorraçarem das fábricas os que nelas trabalham, até à aplicação de «soluções excepcionais» com a pior das simplicidades — a burguesia vem procurando restabelecer por completo o seu poder, por todas as formas.

Recentemente, em Vieira de Leiria, 30 carros de assalto das forças repressivas da GNR, vieram, uma vez mais, mostrar que quem manda ainda é a burguesia e que é **contra** os trabalhadores que o seu domínio de classe se exerce.

Foi dado mais um passo na escalada reaccionária com que a repressão (agora «reestruturada» e com o auxílio de 400 «técnicos» para o efeito) começou a experimentar forças especialmente desde Março deste ano fazendo frente ao amplo movimento reivindicativo dos trabalhadores de todo o País contra a alta do custo de vida, o desemprego e a miséria.

O QUE SE PASSOU?

Em Vieira de Leiria, com cerca de 6000 habitantes, sem água canalizada e sem esgotos, é onde se situa a fábrica de limas Tomé Feteira, que emprega cerca de 600 operários.

Já em começos de 1974, ainda durante o fascismo, os seus trabalhadores haviam feito uma greve por aumentos salariais, que levou à quebra povoação muitos pedidos e forças repressivas

da GNR que chegaram a deter inclusive alguns estudantes que ali se deslocaram durante o período grevista para entregar aos operários o produto de uma recolha de fundos nas escolas em apoio à sua luta. A greve durou um mês.

Agora em 1976, durante mais de dois meses (Fevereiro/Março/Abril) a Tomé Feteira foi de novo paralisada com uma greve exigindo o cumprimento pelos patrões da portaria dos metalúrgicos, de 8-9-75.

O processo de negociações com os patrões arrastava-se há bastantes meses. Em Novembro os trabalhadores aprovaram uma proposta que obteve o acordo da administração. A proposta previa o pagamento de mais mil escudos a partir desse mês para cada operário que recebesse menos que o atribuído pela portaria. A partir de Fevereiro a empresa deveria começar a pagar segundo a referida portaria e até à entrada em férias (Agosto) todos os retroactivos deveriam estar pagos.

Mas em Dezembro, o patrão diz que não há dinheiro para cumprir o acordado. E em Fevereiro, as folhas de pagamento não preveem o pagamento dos aumentos segundo a portaria.

O processo segue então para o Ministério do Trabalho, tendo os trabalhadores decidido baixar a produção de 20 por cento, antes do início da greve, atitude firme de quem não quer ficar à espera que outros lhes venham «oferecer» a solução para a sabotagem patronal.

A comissão de trabalhadores tinha em seu poder documentação em como havia dinheiro para pagar os aumentos previstos na portaria, mas o ministro Marcelo Curto, baseado no depoimento contrário da administração e sem ouvir os trabalhadores, fez um despacho que se tradu-

zia na perda do direito dos operários da Tomé Feteira à já mencionada portaria.

DESPEDIMENTOS E REESTRUTURAÇÃO DA EMPRESA

Desde 1970 que a Tomé Feteira vem repetindo despedimentos em massa conforme iam aparecendo novos contratos colectivos de trabalho. Agora os trabalhadores pediram a reestruturação tecnológica da empresa de modo a garantir os postos de trabalho.

Isto faz com que o M. Trabalho passe as «preo-

cupações» surgidas de lidar com administradores que firmam acordos que depois recusam, para o Ministério da Indústria e Tecnologia. Mas aqui, uma vez mais, nada se resolve.

Mas se as coisas estavam paradas nos gabinetes oficiais, os trabalhadores em plenário decidem apressar o processo «Tocam-se as sirenes, mobiliza-se toda a população e aí vai o povo pela rua à procura dos Feteiros. O Albano (o patrão) encontrava-se numa sua serração e mal vê a gente fuge para o primeiro andar e fecha-se na casa de banho. Esteve lá 5 horas! Mas ele é que lá se fechou. Ninguém o prendeu. Ele podia andar por onde queria (quando saiu da casa de banho), tinha acesso ao telefone e à comida» — **como afirmaram os trabalhadores**

FACE À REPRESSÃO!

Na madrugada do dia

23 passado, às 6 da manhã, Vieira de Leiria é cercada pelas forças da repressão que bloquearam todas as estradas. Armadas com bastão, escudo e viseira, armas de guerra, de tudo fizeram uso: coronhadas e bastonadas sobre o povo que veio para a rua ao toque das sirenes das fábricas, tiros e gases lacrimogéneos — tudo por causa de um patrão que durante dois dias esteve fechado no seu «refúgio», mas também contra a luta exemplar dos operários e da população de Vieira de Leiria, que novamente souberam estar bem juntos na luta.

A SITUAÇÃO ACTUAL

Entretanto a intervenção estatal foi assinada. A fábrica recomeçou a laborar, terminando a greve.

No dia 28, realizou-se um plenário dos trabalhadores, com a presença do administrador e gestor por parte do Es-

tado. Ai se aprovaram, finalmente, as condições propostas pelos operários da fábrica de limas e tantas vezes rejeitadas pelos patrões ou ignoradas pelo Ministério.

A empresa compromete-se a pagar a portaria a partir deste mês de Maio (a mesma que Março Curto tinha «despachado» pela negativa), salvo não hevedo o dinheiro necessário para tal, pelo que será distribuído aos trabalhadores no montante que houver, e garantindo-se sempre o pagamento completo dos salários actuais.

Esta decisão articula-se com outra, que é a de os trabalhadores terem decidido avançar com o controlo operário, controlando todas as encomendas que datem desde o período de greve, tudo o que entra ou saia da empresa. Procura-se assim, também, garantir as saídas, pois a fábrica vive maioritariamente de exportação.

Encerrada a "Papoila" 90 crianças "democraticamente" sem aulas

Foi fechada a Cooperativa de ensino de Mem Martins «A PAPOILA», por ordem do tribunal de Sintra executada pela repressão a cargo da GNR. O que se pretendia com mais esta provocação às massas populares senão procurar quebrar as suas iniciativas e conquistas mais elementares, procurar de vez habitua-las a um pretenso «legalismo demo-

crático» que, não resolvendo os seus problemas, as impedem também de o fazer?

Assim «democraticamente», a repressão priva 90 crianças das aulas diárias que nesta cooperativa vinham frequentando.

Em reunião efectuada a 15/4/76, foi decidido pela Cooperativa enviar o seguinte telegrama aos

principais centros do poder:

Pais, professores, empregados e restantes pessoas ligadas à «PAPOILA» — Cooperativa de Ensino de Mem Martins, S.C.A.R.L., protestam energicamente contra a atitude arbitrária, violenta, desumana e lesiva dos direitos dos cidadãos e dos mais elementares princípios democráticos, que representa

o encerramento brutal dumha Cooperativa de Ensino legalizada em pleno funcionamento, prestando serviços a cerca de 90 crianças.

Este encerramento de uma escola em 14/4/76, foi ordenado pelo 1.º Juízo da Comarca de Sintra, efectuado por funcionários judiciais e uma força da GNR de Algueirão-Mem Martins com ameaças e expulsão sumária das crianças e empregados que se encontravam nessa altura na escola.

Portanto, dificilmente podemos deixar de considerar tudo isto integrado na ofensiva das forças de direita e ao ataque às iniciativas populares, lesiva dos direitos dos alunos e pais trabalhadores, que achamos só poder ter uma resposta:

A EXIGENCIA DE IMEDIATA ABERTURA E NORMALIZAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA COOPERATIVA A «PAPOILA».



1.º DE MAIO DE 1975 – A HORA É DE LUTA!

INTERSINDICAL

AO SERVIÇO DA "MAIORIA DE ESQUERDA"

O 1.º de Maio, dia do trabalho em todo o Mundo, foi pela terceira vez celebrado em liberdade pelos trabalhadores portugueses. Consoante a forma de encarar o actual momento político e as estratégias que desenvolvem, foram diversos os modos como várias forças políticas decidiram utilizar esta data.

Desenvolvendo a tese da necessidade de formação de uma maioria de esquerda — cavalo de toda a campanha eleitoral do PCP — a Intersindical colocou esta comemoração ao serviço de tal estratégia.

Assim as várias iniciativas que por todo o País se tomaram, surgiram como iniciativas de alguns sindicatos (e não da Intersindical directamente) como forma de tornar mais fácil a participação daqueles cujas direcções são afectas ao PS. Tanto por parte do PC como do PS houve críticas (e autocríticas) sobre os «erros» e o «sectarismo» que caracterizaram as comemorações

do ano passado, quando trabalhadores daqueles dois partidos se envolveram em disputas e concentrações.

Estes factos dão um pingo de luz sobre as actuais intenções destes partidos: o PC, que passou a sua campanha a afirmar a necessidade de formação de uma «maioria de esquerda» como condição para a defesa das conquistas dos trabalhadores, necessita agora de se aliar ao PS, sem o que não haverá maioria nenhuma. Para o pressionar dispõe hoje apenas da sua influencia sobre os largos sectores de trabalhadores, dispondo-se no 1.º de Maio a jogar essa cartada.

Assim a direcção do PCP, que há alguns meses garantia aos seus militantes que não daria tréguas à social-democracia e seus «renegados representantes» Soares e companhia, não teve dúvidas em recomendar um «comportamento não sectário» em nome da «unidade que deve caracterizar o dia do trabalhador». E os militantes do PC presentes nas co-

memorações do 1.º de Maio (pelo menos em Lisboa) parecem dispostos a aceitar disciplinadamente mais este zig-zague táctico do seu partido — assim indica o modo festivo, sem emblemas nem bandeirinhas, com que se entregaram ao atletismo, aos comes e bebes e às discursatas que sucessivamente lhes foram sendo servidos.

Também o PS em nome da mesma «unidade» omendaria aos seus militantes que contrubuissem para fazer «deste 1.º de Maio o dia de todos os trabalhadores» (como num ano podem as «verdades» variar...!)

Assim, será esta «unidade de base» prelúdio de novas e mais vastas alianças entre aqueles dois partidos?

O PC tudo fará, por certo, para que assim seja. O anúncio do Congresso de todos os sindicatos (incluindo os não filiados na Inter) com a perspectiva de partilha da direcção do movimento sindical com elementos afectos ao PS (na intervenção do Sindicato dos

Bancários do Sul — afecto ao PS — foi expressamente referida a necessidade de criação do direito de tendencia dentro do movimento sindical unitário) é uma importante cedência ao PS abrindo-lhe portas para terrenos onde até hoje nunca conseguiu sentir-se à vontade — o terreno do movimento sindical e as relações com a classe operária. Tais «boas vontades» não deixarão, por certo, de contar com favores recíprocos.

O PS aceitará as alianças que o PC hoje lhe propõe — materializando-as, de forma expressa ou táctica, na composição e programa do I Governo definitivo — ou se preferirá governar sozinho ou com apoio de direita, são interrogações que se mantem em aberto, mas que não alteram por certo o significado destas comemorações — jornada ao serviço da conciliação de classes, em que uma vez mais os trabalhadores foram postos a reboque das negociatas que as cúpulas partidárias cozinharam nas suas costas.

É DESARMAR OS TRABALHADORES



No 1.º de Maio, MES, PRP e UDP encontraram-se juntos, materializando uma unidade que nem sempre tem sido possível. Significará isto que a esquerda portuguesa começa a aprender com os seus próprios erros?



A partilha da direcção do movimento Sindical em troca de um Governo que corresponda à tão apregoada «maioria de esquerda» — as dezenas de milhares de trabalhadores que acorreram às comemorações do 1.º de Maio organizadas por vários sindicatos, estarão mesmo de acordo com este negócio?

LISBOA — MES, PRP e UDP com Sindicatos e C. de Trabalhadores — por um 1.º de Maio de luta

Nem todos entendem por certo que este deve ser o sentido da comemoração do 1.º de Maio.

Para Lisboa, por exemplo, quatro sindicatos viriam a convocar autonomamente uma manifestação invocando precisamente a necessidade de fazer do 1.º de Maio um dia de luta contra a burguesia e a exploração.

Esta correcta perspectiva veio a reunir o apoio de muitos milhares de trabalhadores que acorreram ao Terreiro do Paço, no sábado às 15 horas, dispostos a mostrar a verdadeira força e determinação dos que não pensam que sejam os políticos e deputados burgueses quem poderá alguma vez resolver os problemas dos que nas

fábricas, nos campos e nos bairros diariamente são explorados.

Várias organizações políticas deram o seu apoio. Assim o MES, PRP e UDP viriam a encontrar-se juntos, materializando uma unidade que nem sempre tem sido possível na prática, como é o caso do que aconteceu nas eleições para a Legislativa. Significa isto que a esquerda portuguesa começa a colher os ensinamentos que os seus próprios erros evidenciam?

As eleições presidenciais permitirão uma primeira resposta. A necessidade de suportar uma candidatura revolucionária, alternativa daquela que a «maioria de di-

reita» (com o PS, e sabe-se lá se com o PC...) se prepara para apresentar é forte motivo para a ultrapassagem de divergências e sectarismos.

É necessário unir o povo, em torno de uma candidatura revolucionária, em torno de uma plataforma que claramente defina as opções decisivas, permitindo ver quem está e quem não está deste lado da barricada, quem está e não está disposto a dar combate sem tréguas ao fascismo e ao capitalismo, pelo Poder Popular e o Socialismo.

Esperamos, pois, que a unidade conseguida no 1.º de Maio se venha a consolidar, pois assim o exigem as duras batalhas que temos pela fren-

te, assim o exigem os interesses da classe operária e da Revolução.



PORTO

— a unidade da esquerda não foi possível

Mas muito caminho há ainda a percorrer antes que esta unidade se consolide em bases firmes.

Assim, se em Lisboa ela foi possível já o mesmo não aconteceu no Porto onde face ao carácter conciliador das comemorações patrocinadas pela união dos Sindicatos surgiu também a convocação de uma segunda manifestação, mas em termos claramente partidários por iniciativa do PCP (r) e com o apoio da UDP que assim teve um comportamento claramente distinto no Porto e em Lisboa.

Assim, embora discordando dos objectivos traçados pela união dos Sindicatos, os militantes do MES participaram na concentração unitária, esforçando-se aí por mostrar que o momento é de luta contra os ataques dos inimigos do Povo e não de festa por qualquer vitória que neste momento não existe

CONCILIAR COM A BURGUESIA

FACE AO ATAQUE DA DIREITA



Director: JORGE SIMÕES
Director adjunto: H. CARDOSO

19 PONTO ZERO ZERO

"ao serviço dos explorados"

No 1.º de Maio foi distribuído gratuitamente o número de promoção do semanário «19 ponto Zero Zero», primeira expressão da Cooperativa agora formada pelos trabalhadores expulsos da Rádio Renascença.

Acerca deste semanário afirma-se na referida folha:

«19 PONTO ZERO ZERO, como primeira expressão da Copinfor, será o que o povo trabalhador quiser que ele seja. Qualquer tipo de actividade da nossa Cooperativa só será possível com o apoio das classes trabalhadoras.

Não faremos política partidária, como não queremos ser considerados pluralistas, palavra (mal) gasta nos tempos que correm. Estamos atentos apenas, e uma vez mais, aos órgãos de vontade popular, consa-

grados na própria Constituição.

Eles terão assento num Conselho Consultivo da Copinfor, que funcionará a pedido da Assembleia Geral ou da Direcção. Razão de ser! Uma aposta no futuro.

É pouco? Se tivermos o apoio dos trabalhadores será realizável e tornar-se-á, sem dúvida, em algo de muito grande!»

COOPERATIVA POPULAR DE INFORMAÇÃO

Acerca da razão de ser desta Cooperativa agora formada diz ainda o «19 ponto Zero Zero»:

«Obedecendo aos princípios que sempre nortearam a luta dos trabalhadores (expulsos) da Rádio Renascença, a Cooperativa Popular de Informação será um meio de pôr a Informação ao serviço de to-

dos os explorados e oprimidos. A Copinfor é uma aposta no futuro, para além de ser uma contribuição à luta de todo o povo português por uma sociedade mais justa. Estatutariamente, a Cooperativa Popular de Informação tem por objectivo a prestação de serviços informativos e culturais. Todos aqueles que queiram unir os seus esforços aos nossos poderão fazê-lo, mediante o pagamento de uma quota anual de 120\$00. (Como é habitual são possíveis os arranjos mensais, trimestrais ou semestrais).»

Para além da publicação deste semanário, a Copinfor propõe-se ainda criar uma Agência Noticiosa ao serviço da Imprensa de esquerda — nomeadamente da Imprensa estrangeira. Dedicar-se-á também à realização de sessões cultu-

rais (filmes, canções, debates, etc).

Uma outra ideia — ainda na forja — é a produção de cassetes com música, informação, entrevistas, etc., que se destinariam a ser passadas em refeitórios de fábricas, colectividades e demais locais de encontro das massas trabalhadoras — assim se continuaria, por outros meios, o papel da informação e esclarecimento que a Rádio Renascença realizou até ser calada até ser calada à bomba por ordem dos órgãos do poder constituído.

A Copinfor contacta-se pelo telefone 672545.

TRABALHADORES DE INFORMAÇÃO SUSPENSOS

Como se sabe, uma das primeiras preocupações do poder saldo do golpe reaccionário de 25 de Novembro, consistiu em garantir o contro-

lo dos órgãos de Informação. Para isso não se hesitou em suspender dezenas de trabalhadores pelo simples facto de, nos órgãos a que estavam ligados, se colocarem ao lado das lutas dos trabalhadores, pelo avanço do processo revolucionário. Foi dentro desta manobra que os jornais estatizados foram distribuídos pelo PS e PPD e que na Informação sonora e Televisão eram admitidos como funcionários, dezenas de reaccionários, muitos deles retornados das ex-colónias.

Hoje, cinco meses passados, mantêm-se situações perfeitamente irregulares de trabalhadores impedidos de exercer a sua profissão por não gozarem da confiança política dos senhores do poder.

Assim enquanto na RTP estão a ser readmitidos muitos dos suspensos (em relação aos quais não se conseguiu

arranjar qualquer acção) e os trabalhadores do Rádio Clube Português foram readmitidos (mas não recolocados nas funções que exerciam e onde agora pontificam funcionários mais servis) os da Emissora Nacional continuam à espera de ser esclarecidas as razões do seu afastamento. Quanto aos da Rádio Renascença, não se vê solução no horizonte... embora os trabalhadores mantenham como objectivo a reocupação do emissor, a fim de tornar a colocá-lo ao serviço da classe operária, dos camponeses e do povo trabalhador.

Mas para isso será de certo necessário que se porem melhores ventos...

Até lá temos o noticiário único que, como diriam Marcelo e Tomás se cá estivessem, tem a vantagem de evitar que haja divisões entre os Portugueses. É ou não é?

A CADA UM SUA VERDADE ou como o "Diário" escreve a verdade que lhe convém

Para os nossos leitores que tenham tomado conhecimento da publicação truncada pelo «independente» «O Diário» da carta dirigida pelo Departamento Eleitoral do Comité Central do MES ao director daquele órgão, o Poder Popular transcreve na íntegra esse texto.

Pela nossa parte, o incidente não merece grande comentário.

Os processos de polémica de «O Diário» não nos surpreendem, já os temos encontrado nas Lutas ou em Jornais Novos e vimo-lo noutra Época usados em abundância. Ironizar o que não se transcreve para iludir o que os outros disseram...

Cada jornal «independente» escreve a verda-

de que lhe convem e embeleza-a com a moral que os compromissos ditarem. Não é a este jornalismo que os trabalhadores portugueses aspiram!

Será esta a verdade a que os trabalhadores portugueses têm direito?

Exm.º Senhor Director de «O Diário»

A publicação no jornal que V.Ex.ª dirige, na edição de 22 de Abril, de alguns comentários insultuosos em relação ao nosso partido surpreendeu-nos de veras.

Nem tão pouco o facto de tais comentários serem inseridos em rubrica intitulada «Asneira» nos amorteceu esta surpresa. De facto, compreendemos até hoje esta vossa rubrica como referida aos factos cujo tratamento o vosso jornal entendia dever comentar. Mas a partir de agora, compreendemos a nossa ingenuidade.

De facto:

a) somos citados como tendo dito, o que é verdade, ser o voto no PDC, no CDS no PPD, e seus aliados AOC e PCP m:1 o voto no regresso ao fascismo.

b) mas no passo seguinte a «Asneira» é flagrante. Critica-nos por não retirar desta afirmação a conclusão citada pelo bom-senso da «Asneira»; votar útil nos

partidos de esquerda.

Perguntas legítimas: o MES não é um partido de esquerda?

O voto no MES não é útil?

Em relação à primeira pergunta — não estamos no jogo das «asneiras» do vosso jornal.

Em relação à segunda questão, em todos os comícios que o vosso jornal ignorou, nos vários documentos que não transcreveu, demos-lhe a resposta que julgamos adequada. Nós sempre temos dito que o voto para a tão apregoada «maioria de esquerda» seria útil se a classe operária e o povo nela pudessem confiar para uma resistência eficaz e consequente ao fascismo. Mas tal não sucede: o PS é o primeiro a declarar não estar interessado em tal «maioria de esquerda»...

Para o MES o que é preciso é que existam na Assembleia da República deputados que não ponham acima dos interesses do povo as negociações de gabinete

e a conciliação permanente com os piores inimigos do povo. Esses deputados são os candidatos do MES. Porque o MES é um partido consequente, com provas dadas na luta pela unidade do povo, contra o fascismo e pelo Poder Popular. Por isso, o voto MES é um voto útil à resistência popular e à Revolução.

Mais grave porque injuriosa é a «Asneira» seguinte: se o fascismo se abater de novo sobre a nossa pátria, insinua o vosso jornal que da parte do MES só se poderia esperar a deserção.

Não responsabilizamos directamente V.Ex.ª por ter dado guarida no seu jornal a tão caluniosa «Asneira». Sabemos do seu longo exílio durante o fascismo e não nos espanta que ignore o passado do nosso partido, tanto mais que antes do 25 de Abril de 1974 ainda não nos chamávamos MES. Mas se consultar os seus camaradas de partido poderá facilmente confirmar isto mesmo. Militantes do nosso partido estiveram na formação da Intersindical antes do 25 de Abril, destacaram-se em importantes lutas fabris, anticoloniais e estudantis e, o que não é de desprezar em Portugal, não

são transfugas doutros partidos, mas homens e mulheres que amadureceram na luta uma perspectiva consequente e honesta que propomos à classe operária e ao povo.

A quem servem estes métodos de calúnia contra um partido de esquerda revolucionária? A luta do nosso povo, à resistência contra o fascismo, à unidade das massas trabalhadoras não servem certamente!

Alguns meses atrás, o secretário-geral do PCP refutou o controlo que era atribuído ao seu partido sobre a imprensa, dizendo na TV que se os militantes do PCP controlassem de facto a Imprensa ela seria um modelo de objectividade e de esclarecimento correcto do povo.

Ao fim de 87 números de «O Diário» estamos esclarecidos do sentido preciso dessa afirmação.

E por isso mesmo, solicitamos a publicação desta carta ao abrigo da Lei da Imprensa, reservando-nos o direito de a utilizar como entendemos no futuro.

Lisboa, 22 de Abril de 1976

Pel' O Departamento Eleitoral do Comité Central do MES

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____ Profissão _____

JORNAL SEMANAL todas as 3.ªs-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos 1 - 128, Lisboa telefone 66 26 83

Composição e Impressão Renascença Gráfica SARL Rua Luz Soriano, 44 Lisboa

ARGENTINA — Liberdade para Eduardo Henriquez e Regina Marcondes!

A forma de dominação capitalista vai tomando aspectos cada vez mais repressivos à medida que avança a consciência dos explorados e a sua decisão de lutar contra todas as formas de opressão. Assim se sucedem os Governos gorilas de ditaduras ferozes nos diversos países da América-Latina. Mas nenhuma repressão, por mais sangüinária que seja, consegue apagar dos povos latino-americanos a determinação firme de lutar pela sua libertação. Um dos grandes passos dados no avanço da sua luta, contra o imperialismo e o capitalismo e pela construção do socialismo, foi a formação da Junta de Coordenação Revolucionária

Os revolucionários do Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia coordenam as suas lutas pois, como já visualizara o Che, só a luta conjunta em todos

os países da América Latina, poderá fazer face ao imperialismo e aos seus serventes crioulos.

Edgardo Henriquez, militante da resistência popular chilena e dirigente do Movimento Esquerda Revolucionária (M.I.R.), preso na Argentina, em companhia da estudante brasileira Regina Marcondes, no dia 8 de Abril, estava na Argentina para desenvolver não só iniciativas ligadas à resistência chilena, mas também para cumprir tarefas da Junta de Coordenação Revolucionária do Cone Sul da América-Latina.

Os militares argentinos têm mantido até agora o mais completo silêncio sobre a prisão dos nossos camaradas. Isto não sucede por acaso. Os gorilas que se tornaram uma vez mais os donos do poder na Argentina, tentam apresentar-se aos olhos do Mundo como pessoas sensatas e

moderadas, sem outro objectivo que não seja o de restabelecer a ordem no país, sacudido por uma super-inflação, pela corrupção e pelos «extremismos de esquerda e de direita».

Videla aprendeu a lição do seu vizinho Pinochet: evitar o banho de sangue, a repressão escandalosa à boa maneira chilena, capaz de assustar a opinião mundial e de isolar a Argentina diplomaticamente. No entanto, a repressão existe, está lá, e, na sua essência, o sistema de dominação em vigor há alguns dias na Argentina não difere em nada do do Chile. A via que os generais argentinos seguirão em política económica é já clara: combate à inflação baseado na redução brutal da despesa pública e na super-exploração do proletariado, submissão total do país aos monopólios. Pa-

ra atingir estes dois objectivos, os generais devem, em primeiro lugar, quebrar a combatividade dos trabalhadores argentinos e, em segundo lugar, vencer as reticências dos sectores da pequena e média burguesia que poderão desconfiar das consequências económicas e políticas de uma tal linha. Somente uma remodelação institucional e uma repressão sistemática e brutal sobre os trabalhadores e a esquerda garantirão o sucesso de Videla e dos seus generais.

Os militares argentinos sabem que esta tarefa não será fácil. É já evidente que a esquerda revolucionária está disposta a oferecer uma poderosa resistência à ditadura e que os trabalhadores constituirão um barreira difícil de romper, do mesmo modo que no Chile não foi possível, três anos após o golpe, esmagar o movimento popular.

Os trabalhadores e revolucionários da América Latina — em especial da Argentina e do Chile — têm a responsabilidade central nessa luta. Aos trabalhadores e revolucionários do Mundo inteiro cabe a tarefa de denunciar os crimes da Junta Argentina, como tem feito pelo Chile.

— É preciso romper o muro do silêncio que existe sobre a repressão partilhada por Videla e sua camarilha na Argentina.

— É urgente salvar hoje a vida de Edgardo Henriquez e Regina Marcondes.

— Evitemos o seu assassinato, evitemos que eles sejam entregues aos carrascos chilenos.

Junta de Coordenação Revolucionária, Lisboa, 1.º de Maio de 1976

A PATRANHA DO VOTO ÚTIL

A campanha eleitoral do PCP foi feita à base do «voto útil», o «voto seguro». Desenvolvendo uma grande ofensiva contra as organizações à sua esquerda, que haviam obtido significativas votações nas eleições para a Constituinte, o PCP procurou (e conseguiu) aumentar a sua expressão eleitoral à custa da esquerda revolucionária. Assim, foram muitos milhares de trabalhadores não reformistas, simpatizantes da linha do Poder Popular, que embarcaram nas manobras do «voto útil». Acusando o MES e outras organizações de dividirem os votos, de provocarem o

desperdício de votos, o PCP arvorou-se em representante único da esquerda, em alternativa «segura» para a eleição de deputados. O MES procurou rebater os argumentos demagógicos dos reformistas ao longo da campanha eleitoral, mas o combate era desigual: de um lado um enorme aparelho de propaganda, milhares e milhares de cartazes e tarjetas, e a «imprensa independente» («Diário de Lisboa», «O Diário», etc...); de outro lado as

sessões de esclarecimento do MES, muitas vezes boicotadas pelo PCP (que se apressava em convocar sessões paralelas nas mesmas localidades) ou ignoradas pela «informação pluralista». Além disso, a correcta linha táctica do MES de não confundir o inimigo principal implicou que a esmagadora maioria do tempo de antena na TV e rádio fosse utilizado na denúncia dos fascistas e das suas

organizações, o que levou a que a crítica à manobra do «voto útil» tenha ficado em lugar muito secundário.

Mas, a realidade sobre «votos desperdiçados» é bem diferente da que consta das análises do PCP. Realmente, se é verdade que o MES, com mais de 30 000 votos não conseguiu eleger um único deputado, é também um facto que em 12 distritos em que concorreu, o PCP não elegera qualquer candidato, «desperdiçando» mais de sessenta mil votos!

Os números que se seguem, referentes à votação do PCP em 12 distritos onde não elegera um só deputado são elucidativos, mostrando claramente que os autores de facto do «voto útil», acabaram por ser os principais adversários das suas próprias teses!

Aveiro, 12 198 votos desperdiçados pelo PCP; Braga, 13 021; Bragança, 2393; Castelo Branco, 9 368; Guarda, 3549; Viseu, 4959; V. Real, 3733; V. Castelo, 8612; A. Heroísmo, 590; Horta, 328; P. Delgada, 952 e Funchal, 1680. Total de votos desperdiçados, 61 383.

Seguindo a lógica reformista do PCP e se considerarmos que estes votos foram «desperdiçados» em distritos onde houve vitória de partidos fascistas (CDS E PPD), é de deixar expressa esta questão: Porque é que o PCP não desistiu para o PS nestes distritos, proporcionando assim a eleição de mais deputados para a tal «maioria de esquerda»? Teria sido uma bonita acção no sentido da unidade dos reformistas...

Denunciemos os crimes da Junta Militar Argentina



Quem estará interessado em jogar com os retornados?

Alguns retornados estão em luta. Fizeram uma manifestação a S. Bento e ocuparam as instalações do IARN à Junqueira. Entretanto elegeram uma comissão que foi à Embaixada dos USA «a fim de chamarem a atenção das autoridades e da opinião pública mundial para o problema».

Ora que problema é este para o qual estes retornados chamam a atenção dos americanos?

Trata-se da abolição dos termos de responsabilidade de alimentação em restaurantes para os

retornados que tenham condições para cozinhar em casa.

Perguntamos: os 100 mil trabalhadores desempregados que já cá havia em Portugal antes de começarem a chegar os retornados, das ex-colónias, alguma vez tiveram refeições pagas em restaurantes?

Trata-se ou não de uma situação de privilégio, esta que os retornados pretendem manter?

E mais: até quando se vai manter o sistema de termos de responsabilidade para os restantes

retornados, os tais que não tenham condições para cozinhar em casa? (Isto para já não falar nos outros subsídios e regalias que os retornados tem e que não tem os trabalhadores portugueses que sempre aqui estiveram).

Note-se que estavam a ser gastos por mes (segundo afirma o secretário de Estado dos Retornados) 260 mil contos com refeições de 50 mil pessoas — mais de 5 contos com cada um!

Mas estes retornados ameaçam com uma «manifestação de 60 mil refu-

giados» e apresentaram um caderno reivindicativo. Que querem eles? Apenas: subsídio de alimentação de 6 mil escudos por casal, 4 mil escudos por pessoa solteira, abono de família por cada descendente e pensão mínima nacional por cada ascendente.

Temos que concordar que não são nada modestos. Ve-se que o fim da exploração colonial não lhes retirou o apetite!

A Imprensa tem apresentado toda esta questão como uma «luta dos

retornados», como se eles fossem iguais e estivessem de acordo. Ora será assim? Quem estará interessado em jogar com os retornados, servindo-se deles para atingir fins que os ultrapassam?

Será com estes senhores que Sá Carneiro conta para a desestabilização da situação política com que «avisava» ainda há poucos dias na TV? O ministro dos Assuntos Sociais até é do PPD... (Rui Machete).



FRELIMO — da luta armada à declaração da Independência

resolução do Comité Central da Frelimo

De 11 a 27 de Fevereiro deste ano realizou-se em Maputo a 8.ª reunião do Comité Central da Frelimo, que pela primeira vez se reuniu após a proclamação da República Popular de Moçambique. Efectuada num momento de grande agudização da luta de classes, num período em que grandes contradições surgem no seio do Partido, esta reunião do CC assume uma importância histórica. A **resolução de política geral** faz a análise da luta armada de libertação desde 1972 e define as tarefas do Partido para a fase actual da revolução moçambicana. Da revista «Tempo», onde foi integralmente publicada, extraímos alguns trechos relativos à ofensiva vitoriosa das Forças Populares de Libertação, ao 25 de Abril em Portugal, aos Acordos de Lusaca e ao Governo de Transição até à proclamação da independência.

Este documento permite compreender as lutas profundas da revolução moçambicana e desmontar a campanha caluniosa da burguesia saudosista do colonialismo que invade a imprensa burguesa.

«(...) A medida que se aprofunda o processo político da guerra revolucionária, faz-se sentir cada vez com mais força a necessidade do combate pela criação de um Homem novo com uma mentalidade nova, capaz de assumir globalmente as exigências do combate revolucionário.

Merece particular importância a campanha, lançada em 1973, de organização de Comités do Partido no seio das FPLM, campanha no decurso da qual os militantes mais conscientes politicamente e mais dedicados à causa da revolução popular foram organizados para fazer triunfar a linha política e ideológica da Frelimo, através da sua interiorização e implementação ao nível de cada sector de actividade.

É esta ofensiva ideológica e organizacional que impermeabiliza as

nossas fileiras contra a infiltração inimiga e nos permite detectar e combater as redes subversivas.

A purificação cria as condições favoráveis para desencadearmos a ofensiva final contra as forças armadas coloniais.

No período que se segue à derrocada militar do inimigo, tornou-se necessária uma nova ofensiva ideológica, tanto para combater o espírito da vitória que surge, como para fazer assumir o objectivo final da nossa luta, que é, mais do que a independência nacional, o estabelecimento do poder popular democrático na nossa Pátria independente.

O conjunto destes factores levou a uma intensificação rápida da nossa luta em todas as frentes e ao colapso do colonialismo português.

GOLPE DE ESTADO PROVOCADO PELA OFICIALIDADE DO EXÉRCITO COLONIAL PORTUGUÊS

É este desenvolvimento da nossa luta, assim como dos povos irmãos sob dominação colonial portuguesa, que determina o golpe de 25 de Abril de 1974 em Portugal. Improperamente qualificado de Revolução, o 25 de Abril é, na realidade um golpe de Estado provocado pela oficialidade do exército colonial português como único meio de evitar uma derrota catastrófica e vergonhosa no campo de batalha.

Perdida a batalha no plano militar, não renunciou, no entanto, o colonialismo português às tentativas de, sob formas neocoloniais, manter o

nosso país, assim como Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, dentro da sua órbita e sob a sua exploração.

Todo o período das negociações da Frelimo com Portugal constitui o prolongamento da nossa luta pela independência nacional completa. Este período é marcado pela multiplicação de manobras portuguesas no plano de Moçambique, de Portugal, no plano internacional assim como ao nível das próprias negociações, visando minar a posição da Frelimo e frustrar o povo moçambi-

cano dos frutos da sua vitória.

Com a assinatura dos Acordos de Lusaca inicia-se um novo período na nossa luta. A confrontação aberta tem de suceder um período particularmente difícil que é o período de transição, de uma duração de nove

ESTENDER O PODER POPULAR DEMOCRÁTICO

As estruturas criadas para o período de transição reflectem o objectivo desta fase que era o controlo da situação ao nível do país do ponto de vista político-militar e do aparelho do Estado, assim como organizar a evacuação completa das forças militares de ocupação.

Ao empossar o Governo de Transição e a Comissão Militar Mista, o Presidente da Frelimo definiu as tarefas que lhes competiam e traçou as linhas de orientação dos grandes sectores de actividade. Essas orientações cobriam praticamente todos os sectores no trabalho político e actividade governativa.

Designadamente foi definido como prioritário criar condições para a extensão do Poder Popular Democrático às zonas até então sob dominação colonial. Foi definida a necessidade de criar as estruturas adequadas para materializar a implantação da Frelimo à escala de todo o País. Foram definidas as regras de vida que deviam orientar os responsáveis e os militantes da Frelimo.

Ao analisar este período, constatamos que houve grandes dificuldades a enfrentar. Algumas dessas dificuldades resultavam da situação inteiramente nova que tínhamos de enfrentar, ao tomarmos conta do aparelho de Estado e ao assumirmos a respon-

OS ERROS COMETIDOS

Importa por outro lado analisar os erros cometidos a fim de tirar as lições dos nossos fracassos.

Cedo se começou a verificar uma violação das nossas regras de vida co-

lectiva, a instalação da anarquia, do liberalismo, do desrespeito pelas estruturas.

Um individualismo agudo começava a manifestar-se entre certas pessoas com a busca da

publicidade, da projecção pessoal, facilitada pela larga difusão que os meios de informação davam dos movimentos de cada um dos responsáveis.

Começam-se a criar mitos à volta da personalidade de cada um dos responsáveis.

Ao mesmo tempo o espírito de busca de conforto e a corrupção material ganham alguns responsáveis e quadros a diversos níveis. A simpli-



cidade e a austeridade que caracterizava a nossa vida são substituídas pelo critério de importância política e social imitado do colonial-capitalismo e a riqueza da casa de cada um, e outros sinais aparentes do poder, passavam a ser o fundamental.

A corrupção moral, material e ideológica manifestaram-se no nosso seio. A diversos níveis começa a constatar-se a deterioração do nosso

domínio. Outras dificuldades resultavam da natureza mesmo desse aparelho de Estado, concebido para oprimir as massas e não para as servir, concebido para garantir a implementação da política nacional fascista e não para realizar a nossa política revolucionária.

Dificuldades derivavam ainda do facto de que os quadros forjados na luta armada, e que asseguravam o controlo das quatro províncias, tiveram que ser dispersos pelo país inteiro.

A necessidade de partilhar o Poder com o governo português e a presença do exército inimigo no nosso país tornava também particularmente difícil a adopção dos nossos métodos de trabalho e implementação das medidas revolucionárias.

Contudo, apesar destes desvios referidos em relação à linha da Frelimo é das dificuldades e situações que daí resultara, não há dúvidas de que, no essencial, o Governo de Transição cumpriu a tarefa de que fora incumbido pela Frelimo.

Assim realizou-se efectivamente no Governo de Transição a transferência dos poderes que o Governo colonial ainda detinha em Moçambique, eliminaram-se os aspectos mais degradantes do colonialismo, como o trabalho forçado, as torturas, e reduziram-se drasticamente outros, como a prostituição, o alcoolismo e a droga.

Realizou-se a implantação da Frelimo ao nível de todo o País, em todos

os lugares de trabalho e de residência através da criação dos Grupos Dinamizadores. Limitou-se a sabotagem económica que os capitalistas tinham iniciado como reacção contra a tomada de poder pelos operários e camponeses.

Reforçou-se a unidade nacional, reduzindo-se o racismo, o tribalismo e o regionalismo, assumindo o povo cada vez mais a linha política correcta da Frelimo.

Esta evolução culminou com a proclamação da Independência do nosso país e a sua constituição em República Popular de Moçambique. Inicia-se então uma fase nova na vida da nossa Organização. (...)

Realizou-se a implantação da Frelimo ao nível de todo o País, em todos

AS TAREFAS FORAM CUMPRIDAS

Realizou-se a implantação da Frelimo ao nível de todo o País, em todos

estilo de vida simples e de trabalho árduo.

O trabalho colectivo, a vida colectiva, a discussão colectiva, a planificação colectiva, e a luta colectiva pela afirmação da nossa personalidade, que eram os factores que permitiam encontrar as soluções correctas para as situações mais difíceis, a formação do pensamento comum dirigente e a adopção de uma linguagem comum foram abandonados durante o período de transição.

Esta desagregação do nosso estilo de vida e disciplina atinge vários sectores da nossa Organização, incluindo as Forças Populares de Libertação de Moçambique. Cria-se um clima de anarquia, de liberalização, de indisciplina e de ociosidade.

Ao nível do aparelho de Estado, o desprezo pela nossa experiência e estilo de trabalho fazem-nos cair na tentativa inconsciente de assimilar as estruturas e métodos do colonial-capitalismo, o que nos coloca na situação de gestores do capitalismo. Deste modo, caímos na imitação cega dos métodos administrativos do aparelho colonial e na dependência dos técnicos e dos cooperantes, afastando-nos assim cada vez mais de uma das chaves do nosso sucesso: a capacidade de organizar e mobilizar as massas e contar com as próprias forças.

CONGRESSO DOS SINDICATOS PORQUÊ? QUANDO? COMO?

1 DA CONTRADIÇÃO AO ACORDO

Nos últimos tempos tem-se falado muito sobre um novo Congresso dos Sindicatos, para eleger um novo Secretariado para a Intersindical.

Há muito tempo que muita gente vinha contestando o Secretariado da Intersindical e o modo como tinha sido eleito e até a própria Intersindical.

Como face a todas as questões importantes do movimento operário, havia e há as críticas de direita que aproveitavam as incorrecções em que a prática das cúpulas da Inter indubitavelmente incorre, para atacar a própria organização, para atacar a **unicidade** e para defender o **pluralismo**.

O MES teve sempre, face a esta questão, uma posição muito clara de defesa intransigente da existência de uma Central Sindical única, mas combate no seu seio as concepções cupulistas, burocráticas, sectárias e de conciliação de classes do PCP.

Sempre defendemos um movimento sindical unitário, democrático e de classe.

O mesmo não aconte-

cia com as duas outras principais forças políticas com presença significativa no movimento sindical: o PC e o PS.

O PCP apresentou-se durante muito tempo como campeão da unicidade, tentando reforçar o seu controlo burocrático sobre os sindicatos, que utilizava como força de manobra para as negociações de corredor com os falsos amigos ou até os inimigos do povo trabalhador.

O PS, esse, apresentava-se como o campeão do pluralismo, abrindo as portas do movimento operário às influências burguesas e imperialistas que não desistem de tentar dividir e desorganizar os trabalhadores.

Estas posições diferentes do PC e do PS criaram a ideia (falsa) de que no terreno sindical não haveria conciliação possível entre ambos.

Daí que muitos trabalhadores se espantem de ouvir agora Sindicatos ou dirigentes sindicais porta-vozes do PC e do PS gritarem ao mesmo tempo: é necessário e urgente um novo Congresso Nacional dos Sindicatos. E que viva a UNIDADE!!!!

Congresso é para já.

A seguir foi o 1º de Maio organizado de modo a garantir a presença do PS, mesmo que para tal tivesse de ser transformado em simples festa.

Mas finalmente aí surgiram as respostas quer do PC quer do PS, am-

bas claras e demonstrando o que pretendem.

O PS, pela boca da Direcção dos Bancários, disse claramente que queria um «Congresso democrático dos sindicatos» para se constituir uma **Central Sindical Única democrática e independente e com direito de tendência**.

E mais disse, para quem não soubesse, que o **actual Secretariado se tinha vinculado a realizar esse Congresso**.

Portanto o que o Secretariado da Inter anunciava como sendo da sua iniciativa, não era mais que o anúncio público de um **acordo**, que, correcto ou não, fora firmado nas costas dos trabalhadores.

Quanto ao PC também disse claramente através

dos seus porta-vozes o que queria tirar desse Congresso e desse acordo.

Nem mais nem menos que um **Governo de esquerda**, leia-se um Governo PS/PC, eis o que o PC pretende obter!...

Mas, não haverá interesse na realização de um Congresso dos Sindicatos?

Nós consideramos que sim. Que é importante e urgente que os trabalhadores portugueses lutando pela unicidade e por uma Central Única, lutem contra os vícios de que padece a prática da actual cúpula e que façam da Intersindical um instrumento eficaz na sua luta contra a exploração e a miséria que o capital lhes impõe.

3 COMO DEVE SER FEITO O CONGRESSO?

No entanto à partida deve ser recusada qualquer tentativa de fazer um Congresso de fachada para encobrir negociações feitas nas costas dos trabalhadores.

Temos de recusar um Congresso que sirva só para abrir lugar no Secretariado a alguns elementos do PS, continuando o Secretariado a ser uma estrutura de cúpula sobre a qual os milhares de trabalhadores portugueses não exercem qualquer controlo.

Temos de recusar um Congresso que aprove uma linha de conciliação de classes, um Congresso que celebre um «Pacto» com um qualquer governo de salvação da burguesia.

Temos de lutar para que o Congresso seja feito com a participação de

todos os trabalhadores, para que o Congresso não tenha lugar apenas numa sala, mas sim nos plenários de todas as fábricas, nas reuniões de delegados e assembleias de todos os sindicatos.

A sessão final tem que ser reflexo efectivo do debate participado por todos os trabalhadores em todo o País.

Temos que lutar para que os sindicatos não sejam representados só por dirigentes, mas também por delegados eleitos para o efeito directamente na base e em número proporcional aos trabalhadores representados por cada sindicato.

Temos de lutar para que todas as teses tenham a mesma divulgação e sejam discutidas por todos os trabalhadores.

4 PARA QUANDO O CONGRESSO?

Há quem queira o Congresso imediatamente em mira de desde já garantir o que pretende, aproveitando a actual relação das forças políticas. É o caso do PS que quer lugares no Secretariado, não por ter militantes no terreno de luta que as massas trabalhadoras guindem a essa posição, mas apenas na base de negociações com o PC feitas nas costas dos trabalhadores.

É o caso ainda do PS quando quer introduzir o direito de tendência no movimento sindical português o que equivale ao pluralismo, ao divisionismo à introdução do cancro burguês na organização dos trabalhadores. Ao que aliás o PC abriu as portas ao votar com o PS na Constituinte contra a Unicidade.

Outros como o PCP

tentam adiar, esperando colher frutos na negociação com o PS dando apenas em boca promessas de facilidades nos sindicatos.

Uns e outros mostram-se portanto preocupados apenas em utilizar a favor dos seus interesses partidários, de grupo, a organização sindical que apenas deve servir os interesses gerais, de classe, da classe operária e dos trabalhadores explorados.

A nossa posição, a única posição que serve os trabalhadores, é a de **exigir que o Congresso se inicie quanto antes** e que só termine ao fim de um processo que necessariamente terá de se prolongar daqui a alguns meses, garantindo a participação activa, crítica e organizada de todos os trabalhadores.



— Contra o pluralismo!

Contra o direito de tendência!

— Contra as manobras de cúpula nas costas dos trabalhadores!

— Contra o congresso fantoche!

— Por uma central única que todos os trabalhadores sintam como sua!

— Pelo sindicalismo de classe!



O movimento sindical são todos os trabalhadores — no seu congresso tem que ser ouvida a voz de todos.

Não ao congresso fantoche!

Viva o congresso sindical dos trabalhadores portugueses!

PARA UM DEBATE SOBRE A AMEAÇA DE GOLPE FASCISTA

1. Um dos efeitos mais viáveis dos resultados das recentes eleições para a Assembleia República é, sem dúvida, a impossibilidade do golpe militar no curto prazo. Vale a pena acentuar este facto por várias razões entre as quais avulta toda a propaganda do golpe e a agitação que a envolveu no período anterior à campanha eleitoral e durante a própria campanha.

Porque dizemos então que a afirmação da impossibilidade do golpe é importante?

Evidentemente que isso não resulta de que sejamos um conjunto de iluminados que têm a faculdade de prever o futuro. Antes pelo contrário, essa conclusão resulta da análise que fazemos da conjuntura política. É dessa análise, do balanço de forças que foi feita e de qual o sentido das tendências desenhadas que os revolucionários teriam que elaborar a sua tática. E elaborar a tática é descobrir e prever os conflitos e as situações conflituais, e tentar perspectivar e fortalecer a acção das forças democráticas, revolucionárias e socialistas assumindo a sua direcção.

2. Os dados de que dispomos para análise permitem-nos concluir então que o golpe de força da direita não tem viabilidade no curto prazo. O povo votou contra o fascismo embora acreditando que o Parlamento vai impedir esse golpe ou é o grande obstáculo ao golpe. E as forças reformistas tudo fizeram para que o povo continuasse a acreditar nisso (veja-se toda a propaganda à «maioria de esquerda» que levou muitos revolucionários à atitude inconsequente de não votarem nos partidos revolucionários) em vez de desmistificar as eleições e o Parlamento e mostrar claramente que só o movimento organizado das massas pode criar força não só para impedir o avanço do fascismo como para ir mais longe e abrir o caminho para o socialismo.

3. Mas então esta afirmação pode estar em contradição com a importância que demos aos resultados das eleições.

Tentemos clarificar esta questão.

O centro principal do poder continua a residir nas Forças Armadas. É aí que durante muito tempo se vai decidir de muito do futuro deste País. É aí ao nível da super-estrutura do poder político. E é também ao nível de massas, da sua força organizada e da capacidade para defender o que conseguimos e passar à ofensiva. Ou: o efeito dos resultados eleitorais é importante nas forças armadas mais do que em qualquer outro centro do poder pois que este é o principal.

A correlação de forças nas Forças Armadas é favorável à direita em termos de pura «aritmética» militar, isto é se somarmos o número de armas de que as forças de direita dispõem (forças especiais, GNR, PSP, forças profissionais dos comandos, pára-quedistas e polícia do Exército, unidades operacionais do Exército, marinha e força aérea, o sistema de informações, os pontos-chaves de comando, etc.) concluímos que dispõem de mais força do que as forças de esquerda. Já sabemos que a direita tenta dizer que não há contradições de espécie nenhuma, que fazer-se o balanço que se escreveu atrás é dividir as Forças Armadas.

Tentar escamotear as contradições é sempre o papel de quem está no poder. E neste momento é isso que se faz nas Forças Armadas sob o nome de unidade de doutrina, unidade de comando, apartidarismo, apoliticidade e outros nomes sonantes (vidé plano de reestruturação do Exército, documento de 11 de Dezembro de 1975, etc.) Mas ignorar ou negar que essas contradições existem, pela sua evidência, é ridicularizar a própria evidência. Curiosamente, neste tipo de política, caem frequentemente reformistas e sociais-democratas que,



Com maior ou menor consciencia, todo o Povo português foi tocado pelo processo revolucionário. Não vai ser fácil aos oficiais reaccionários terem alguma adesão voluntária significativa da parte dos soldados

assim, em vez de clarificarem o inimigo para os soldados e marinheiros e para as classes trabalhadoras, confundem-nos, alinhando no jogo que mais convém à direita.

4. Se fizemos a comparação entre os votos da direita e da esquerda esta tem a maioria. Há pois essencialmente uma situação golpista que resulta de a «aritmética militar» ser favorável à direita e a «aritmética política» ser favorável à esquerda na Assembleia da República. A situação de contradição é evidente. O cargo de Presidente da República cresce de importância pois de quem for ele e de para quem lado se voltar, depende muito do futuro próximo. A acrescentar a isto há que dizer que a Constituição em vigor é uma constituição que pode ser considerada de progressista, mais avançada em relação à correlação de forças actual e bastante recuada na altura em que foi feita.

5. Ora se o centro principal do poder continua sendo dos militares e a direita aqui tem vantagem, não podemos então ir assistir ao tal golpe como forma de recuperar a contradição entre o poder militar e o poder civil? Pensamos que não por várias razões.

Antes de mais porque um Exército é constituído na sua grande maioria por trabalhadores, proletários ou camponeses que viveram uma situação que permitiu que em certa altura, o objectivo da sua emancipação fosse posto e sentido com toda a actualidade e intensidade. E com maior ou menor consciência, todo o Povo português foi tocado pelo processo revolucionário. Não vai ser fácil aos oficiais reaccionários terem alguma adesão voluntária significativa da parte dos soldados. Não temos dúvida de que o movimento dos soldados é muito fraco neste momento e por isso há que desenvolver to-

dos os esforços para o fortalecer. Nessa altura, as poucas chances que esses oficiais golpistas eventualmente possam ter neste momento de arrear alguns soldados (só pela força o poderão conseguir utilizando a ameaça, a repressão e a violência militarista e nunca por adesão voluntária) transformar-se-iam no seu inverso, isto é, na liquidação decisiva dessas tentativas golpistas.

É aqui que surgem as grandes contradições do reformismo e da social-democracia mesmo que em momentos extremamente radicalizados de luta de classes, numa situação pré-revolucionária (por ex. Portugal antes do 25 de Novembro de 1975) ou numa situação já abertamente revolucionária (Alemanha em 1919, na altura em que Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram assassinados) o re-

formismo e a social-democracia se colocam abertamente, pelo menos objectivamente, no campo da contra-revolução.

É mais uma vez esta falta de confiança nas massas que leva os sociais-democratas de hoje e (militares como os Nove ou civis) a exigirem tanto a disciplina militar e a restauração da hierarquia que retirará toda a dinâmica ao movimento popular nos quartéis; também a política reformista desemboca em mecanismos de controlo das massas que visam objectivos semelhantes nas formalmente diferentes (visam sobretudo, não eliminar o movimento de massas mas controlá-lo pela utilização dos aparelhos burocráticos ou institucionais, transformando-os em correias de transmissão). Em qualquer dos casos se impede que a força das massas se imponha definitivamente e crie um situação revolucionária que culmine na tomada do poder.

Continua

Só o movimento organizado das massas é capaz de impedir o avanço do fascismo